

**Contrato Oi Nº. CO/Oi/DA/XXX-201X**  
**Contrato TELE-XX Nº.**

**CONTRATO DE INTERCONEXÃO INDIRETA PARA  
TROCA DE TRÁFEGO TELEFÔNICO ENTRE  
PRESTADORAS, UTILIZANDO A REDE STFC DA Oi**

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**, em recuperação judicial, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Rua General Polidoro, 99, Bairro de Botafogo inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, neste ato representada conforme previsto em seu Estatuto Social, e a;

**Oi S.A.**, em recuperação judicial, sociedade com sede Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20230-070, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada conforme previsto em seu Estatuto Social, em conjunto denominadas simplesmente **Oi ou PRESTADORA**;

**TELE-XX**, com sede na Rua ..... CNPJ/MF nº XXXXXXXX, neste ato representada conforme previsto em seus atos constitutivos, doravante denominada **“TELE-XX ou CONTRATANTE”**, sendo neste ato representada por seus representantes legais Sr. xxxxxxxx, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº xxxxxxxx e no RG xxxxxxxxxx, com domicílio profissional situado à Rua xxxxxxxx, bairro da xxxxxx, na cidade de xxxxxx, UF, e o Sr. Sr. xxxxxxxx, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº xxxxxxxx e no RG xxxxxxxxxx, com domicílio profissional situado à Rua xxxxxxxx, bairro da xxxxxx, na cidade de xxxxxx, UF;

A **Oi** ou a **TELE-XX** isoladamente serão a seguir denominadas individualmente Parte, e em conjunto denominadas Partes.

CONSIDERANDO que a **Oi** é Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade local na Região I, exceto no setor 3, e na Região II, exceto nos setores 20, 22 e 25, do Plano Geral de Outorgas - PGO, nos termos de seus Contratos de Concessão celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

CONSIDERANDO que a **Oi** foi designada pertencente a grupo detentor de Poder de Mercado Significativo (PMS) na Região I e II do Plano Geral de Outorgas– PGO, em mercado relevante de terminação de chamadas de Redes Fixas, conforme determinado pela Anatel por meio do Ato 5518, de 23 de julho de 2018;

CONSIDERANDO que a **TELE-XX** é Autorizada do Serviço Telefônico XXXXXXXXXXXX, conforme Termo de Autorização celebrado com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

CONSIDERANDO que a **TELE-XX** e a **Oi** desejam definir os preços, termos e condições da Interconexão de suas Redes de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 8º do Regulamento Geral de Interconexão, anexo à Resolução nº 693, de 17 de julho de 2018; e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 146, inciso I, da Lei Geral de Telecomunicações - nº 9472, de 16 de julho de 1997;

CONSIDERANDO que as Partes celebraram o CONTRATO de Interconexão Direta nº 00000000, em DD/MM/AA.

têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Interconexão indireta para Troca de Tráfego Telefônico, (“Contrato”) que se regerá pela regulamentação aplicável e pelas seguintes cláusulas e condições:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

1.1 São adotadas neste contrato as seguintes definições:

- 1.1.1 Rede Oi: Rede de suporte ao STFC da Oi nas modalidades Local e/ou de Longa Distância Nacional.
- 1.1.2 Rede Prestadora Contratante: Rede de suporte ao STFC *ou* SMP *ou* SME da Contratante.
- 1.1.3 Interconexão Indireta: Encaminhamento de tráfego entre prestadoras de Origem e Destino da chamada, utilizando a Rede STFC da Oi, nas modalidades Local e/ou Longa Distância Nacional, entre um Ponto de Interconexão estabelecido pela Rede Oi com a rede de suporte a serviço de telecomunicações da Prestadora Contratante e Ponto de Interconexão, estabelecido pela Rede Oi com a rede de outra prestadora de serviços de telecomunicações.
- 1.1.4 Prestadoras de Terminação: prestadoras de serviços de telecomunicações para as quais serão encaminhadas chamadas originadas na rede da prestadora Contratante por meio de Interconexão Indireta, sendo de exclusiva responsabilidade da prestadora Contratante, garantir, por meio dos seus acordos de interconexão, que as mesmas aceitem receber estas chamadas pela Rede da Oi.
- 1.1.5 Redes de Terminação: Redes de prestadoras que se enquadrem na definição constante do item 1.1.4 deste contrato.
- 1.1.6 DETRAT: Documento de Declaração de Tráfego do serviço de Interconexão Indireta, utilizada como documento de cobrança dos serviços objeto deste contrato.
- 1.1.7 DETRAT Expectativa: Documento similar ao DETRAT, a ser emitido pela prestadora Contratante, em caso de contestação do DETRAT, contendo a declaração de tráfego e valores esperados pela Contratante, para o período contestado

1.2 Integram o presente Contrato os seguintes ANEXOS rubricados pelas Partes:

- 1.2.1 Anexo I: Solicitação e Provimento da Interconexão Indireta
  - 1.2.1.1 Anexo I - Apêndice A – Formulário de Solicitação de Interconexão
- 1.2.2 Anexo II: Apresentação e Forma de Pagamento dos Documentos Fiscais de Cobrança - DETRAT
  - 1.2.2.1 Anexo II – Apêndice A – Carta de Fiança
- 1.2.3 Anexo III: Aspectos Comerciais da Interconexão Indireta
  - 1.2.3.1 Anexo III – Apêndice A – Layout de Documentos de Cobrança
- 1.2.4 Anexo IV: Planejamento Técnico Integrado e Provimento da Interconexão
  - 1.2.4.1 Anexo IV - Apêndice A – Projeto de Interconexão para Encaminhamento de Trânsito Local
  - 1.2.4.2 Anexo IV – Apêndice B – Projeto de Interconexão para Encaminhamento de Transporte

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato:

- 2.1 O estabelecimento de **Interconexão Indireta** para provimento do serviço de Trânsito Local e/ou Transporte, entre a Rede de Telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e/ou Longa Distância Nacional da **Oi** e a Rede de Telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico da **Contratante**.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – ENCAMINHAMENTO DO TRÁFEGO

- 3.1 O encaminhamento na Interconexão indireta entre duas Prestadoras que tenham Ponto de Interconexão (POI) estabelecido com a rede de Telecomunicações de suporte à prestação do

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e/ou de LDN da Oi, consiste em pelo menos mais das três formas abaixo:

- 3.1.1 Na utilização da rede de Telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Oi, na modalidade local, para encaminhamento de tráfego entre Pontos de Interconexão (POI) de Prestadoras do STFC ou do SMP, dentro de uma mesma área Local – Provimento de Trânsito Local;
  - 3.1.2 Na utilização da rede de Telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Oi, na modalidade LDN, para encaminhamento de tráfego a partir do POI de Prestadora do STFC ou do SMP contratante, para terminação em POI de Prestadora do SMP, entre áreas Locais distintas, na mesma Área de Registro (chamada VC1) - Provimento de Transporte;
  - 3.1.3 Na utilização da rede de Telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Oi, na modalidade LDN, para encaminhamento de tráfego a partir de um POI de Prestadora do STFC contratante, para terminação em POI de Prestadora do STFC ou SMP, entre áreas Locais distintas, em outra Área de Registro (chamada LD/VC2/VC3) – Provimento de Transporte.
- 3.2 Obedecidos os critérios de encaminhamento definidos nesta Cláusula Terceira, as Partes deverão definir, por ocasião das reuniões de Planejamento Técnico Integrado, os demais critérios de encaminhamento das chamadas, registrando-os no(s) Apêndice(s) – Projeto de Interconexão, do Anexo IV: Planejamento Técnico Integrado e Provimento de Interconexão.
- 4. CLÁUSULA QUARTA – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES EM QUE A INTERCONEXÃO SERÁ PROVIDA**
- 4.1 A interconexão Indireta objeto deste Contrato será provida por meio de critérios de planejamento contínuo e integrado, com o objetivo de se obter adequado grau de serviço e otimização do encaminhamento de tráfego, de acordo com o Anexo IV: Planejamento Técnico Integrado e Provimento da Interconexão, deste Contrato.
- 4.2 Os encaminhamentos mencionados no item 3.1 deste instrumento serão realizados por rotas de interligação adicionais ou ampliação das existentes, estabelecidas para a interconexão direta bilateral entre a rede da Oi e a rede da Prestadora envolvidas no encaminhamento.
- 4.2.1 As rotas adicionais mencionadas no item 4.2 deste instrumento serão dimensionadas de acordo com a volumetria de tráfego advindo da interconexão indireta, informada pela CONTRATANTE ou por histórico de tráfego, na ocasião da elaboração do Projeto Técnico de Interconexão Indireta, conforme Anexo IV, envolvendo exclusivamente o tráfego a ser encaminhado por meio da Rede Oi, entre a Rede da Contratante e as Redes das Prestadoras de Terminação envolvidas.
- 4.3 Todas as modificações no(s) Apêndice(s) – Projeto de Interconexão, do Anexo IV: Planejamento Técnico Integrado e Provimento da Interconexão, deste Contrato, derivadas de reuniões de Planejamento Técnico Integrado, deverão ser formalizadas por meio de Aditivo Contratual específico e exclusivo para este fim.
- 4.4 As solicitações de Interconexão Indireta devem ser formuladas em conformidade com o disposto no Anexo I: Solicitação e Provimento da Interconexão deste Contrato.
- 4.5 As Partes se obrigam a tratar como confidenciais as informações relativas ao Planejamento Técnico Integrado.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Além de outras obrigações dispostas neste Contrato, as Partes deverão:

- 5.1 Garantir que seus respectivos equipamentos e instalações, em cada Ponto de Interconexão, estejam em conformidade com as normas e regulamentação vigentes e com os requisitos técnicos especificados no presente Contrato e em seus Anexos.
- 5.2 Cooperar, conforme necessário, para coordenar os assuntos operacionais que afetem a interoperacionalização de suas respectivas redes e o estabelecimento de Interconexão.
- 5.3 Empenhar-se em fornecer Interconexões que utilizem tecnologia e padrões atuais de rede, tornando disponíveis Interfaces digitais para a Interconexão com a rede da outra Parte, de acordo com os padrões UIT, ou outros padrões acordados pelas Partes, permitindo a interconectividade e a interoperabilidade das redes, de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo 6:

- Desempenho, Proteção e Qualidade da Rede, do contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes e referido no item 21.7 deste contrato.
- 5.4 Encaminhar o tráfego telefônico entre suas redes, observando o disposto no(s) Apêndice(s) – Projeto de Interconexão, do Anexo IV: Planejamento Técnico Integrado e Provimento da Interconexão, deste Contrato.
- 5.4.1 Assumir as responsabilidades perante a ANATEL e o ônus relativo à remuneração da rede da outra Parte ou de outras Prestadoras, decorrentes do encaminhamento do tráfego originado ou cursado através da sua rede e não previstos ou em desacordo com este Contrato ou a regulamentação vigente.
- 5.5 Operar sua rede de forma a não causar impacto significativo ou degradar as funções das centrais de comutação e controle ou os serviços da outra Parte e informar a esta sobre eventuais falhas ou defeitos da sua rede que possam causar tais efeitos, em conformidade com o Anexo 7: Gerenciamento de Anormalidades da Rede, do contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes e referido no item 21.7 deste contrato.
- 5.6 Executar, em conjunto, os testes necessários à ativação de Pontos de Interconexão ou à ampliação de Pontos de Interconexão existentes, conforme Anexo 5: Testes Relativos a Interconexão, do contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes e referido no item 21.7 deste contrato.
- 5.6.1 Após a conclusão destes testes, deverá ser emitido Termo de Aceitação a ser firmado pelos responsáveis designados por cada uma das Partes.
- 5.6.2 Se os resultados dos testes demonstrarem a impossibilidade da ativação da interconexão, a(s) Parte(s) deverão remover as pendências, em prazo a ser mutuamente acordado, realizando novamente aqueles testes referidos às pendências;
- 5.6.3 Caso as Partes entendam, de comum acordo, que as pendências existentes não impedem a ativação da interconexão, as Partes deverão combinar a data de ativação e a data de resolução das pendências.
- 5.7 Realizar, quando solicitado e devidamente justificado por qualquer das Partes, testes sistêmicos em conjunto, conforme o Anexo 5 - Apêndice A – Procedimentos de Testes Relativos à Interconexão, do contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes e referido no item 21.7 deste contrato.
- 5.8 Estabelecer, de comum acordo com a outra Parte, eventuais interrupções programadas dos serviços objeto deste Contrato.
- 5.8.1 Caso não haja acordo entre as Partes, a Parte solicitante comunicará a realização da interrupção com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.
- 5.9 Manter a qualidade e os padrões de desempenho de sua rede, conforme a regulamentação vigente e consoante o Anexo 6: Desempenho, Proteção e Qualidade da Rede, do contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes e referido no item 21.7 deste contrato.
- 5.9.1 Caso a **CONTRATANTE**, por qualquer motivo, venha a proceder ao aumento de seu tráfego de trânsito e/ou transporte, resultando em alteração das condições normais de tráfego objeto deste Contrato, a **PRESTADORA** deverá ser informada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, para que ocorra o redimensionamento dos meios de interligação, bem como outras medidas técnicas cabíveis.
- 5.9.1.1 A **PRESTADORA** responsabilizar-se-á somente pela manutenção das Metas de Desempenho, Proteção e Qualidade, após avaliar e aceitar formalmente a alteração de tráfego citado no item 5.9.1 deste instrumento, desde que informado pela **CONTRATANTE** com a devida antecedência.
- 5.10 Aplicar os procedimentos de Gerenciamento de Anormalidades de Redes definidos no Anexo 7: Gerenciamento de Anormalidades da Rede, do contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes, referido no item 21.7 deste contrato.
- 5.11 Emitir, nas condições previstas na CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FORMA DE ACERTO DE CONTAS deste Contrato, o Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços – DETRAT, em conformidade com o Anexo II: Apresentação e Forma de Pagamento dos Documentos Fiscais de Cobrança deste Contrato.
- 5.12 Observar no planejamento das instalações de seus POI e PPI a necessidade de dispor de infraestrutura para instalação de equipamentos da outra Parte, utilizados para a interconexão.

5.13 Comunicar, por escrito, as alterações na sua rede que possam afetar a rede da outra Parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias corridos da data prevista para sua efetivação, salvo acordo entre as Partes e ressalvado o disposto no item 5.19.2 deste instrumento.

5.13.1 As alterações citadas no item 5.13 deste instrumento somente poderão ser efetivadas após acordo com a outra Parte, a qual deverá manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da comunicação referida no item 5.13 deste Contrato.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FORMA DE ACERTO DE CONTAS**

6.1 Os preços e condições comerciais a serem praticados pela PRESTADORA referente ao serviço objeto do presente contrato estão dispostos no Anexo III – Aspectos Comerciais e não incluem tributos e contribuições decorrentes da prestação do serviço.

6.2 A CONTRATANTE deverá pagar também as remunerações de uso de rede das Prestadoras de Terminação (TU-RL, VU-M e VU-T), diretamente as mesmas ou por intermédio da OI, quando estabelecido a condição deste contrato, descrita no **item 6.3** deste instrumento.

6.2.1 Na hipótese de ser acordado que a OI, em nome da CONTRATANTE, será a responsável pelo acerto de contas da remuneração pelo uso de rede das Prestadoras de Terminação, o valor a ser ressarcido à OI pela CONTRATANTE, será composto pelo valor pago pela OI às Prestadoras de Terminação, acrescidos dos tributos e contribuições incidentes.

6.2.1.1 Os percentuais aplicáveis ou os valores apurados dos tributos, contribuições sociais e encargos acima mencionados, serão cobrados da CONTRATANTE juntamente com os valores referentes à prestação do Serviço de Interconexão Indireta.

6.3 É facultado à CONTRATANTE, quando Prestadora de Pequeno Porte (PPP), optar pela realização do acerto de contas da remuneração de uso de rede das Prestadoras de Terminação, por intermédio da PRESTADORA, sendo que, para tanto, deverá manifestar-se de forma expressa, concomitantemente a assinatura do presente instrumento.

6.3.1 O Acerto de contas da remuneração de uso de rede das Prestadoras de Terminação, conforme exposto no item 6.3 deste instrumento, não inclui as chamadas referentes aos códigos com tarifação reversa, tais como 0800 e a cobrar.

6.4 Como condição para a realização da forma de pagamento facultada pela regulamentação em vigor (§3º, artigo 37 do Regulamento Geral de Interconexão – RGI) e definido no item 6.3 deste instrumento, deverá a CONTRATANTE disponibilizar à PRESTADORA, garantia financeira suficiente para liquidação dos valores de remuneração de uso de rede de destino do tráfego, no montante correspondente à média histórica dos últimos 03 (três) meses anteriores ao exercício da faculdade ou da estimativa de tráfego estipulada pelas Partes, caso não seja possível a obtenção da média histórica.

6.5 A opção pela forma de remuneração descrita no item 6.3 deste instrumento, implica em:

6.5.1 Já existindo o relacionamento comercial da Oi com a CONTRATANTE, a sua condição de contratante adimplente;

6.5.2 a adesão, pela CONTRATANTE, aos termos dos contratos de Interconexão firmados entre a PRESTADORA e os detentores das redes de destino do tráfego (Prestadoras de Terminação), oriundo da rede da CONTRATANTE.

6.6 A **CONTRATANTE**, que optar pela realização do acerto de contas previsto no item 6.3 deste instrumento, apresentará, previamente, a garantia financeira numa das modalidades previstas abaixo:

- **Carta de Fiança Bancária, emitida por banco de primeira linha**
- **Caução em dinheiro**
- **Carta de Fiança Bancária e Caução em dinheiro**

6.6.1 A PRESTADORA poderá, sempre que julgar necessário, a seu exclusivo critério, exigir a substituição ou o reforço da(s) garantia(financieira(s) fornecida(s), caso a(s) mesma(s) se torne(m) economicamente insuficiente(s).

- 6.6.2 A partir do momento em que o volume de tráfego, devidamente quantificado financeiramente, atingir o valor do limite da(s) garantia(s) financeira(s), deverá a garantia ser reforçada em até 30 dias da identificação do fato e comunicação da PRESTADORA.
- 6.6.2.1 Não atendido o reforço da garantia mencionado no item 6.8 deste instrumento, a critério único e exclusivo da PRESTADORA, a opção pela modalidade de acerto de contas da remuneração de uso de rede das Prestadoras de Terminação não será mais cabível, passando a CONTRATANTE a remunerar diretamente as redes das Prestadoras de Terminação, a partir do mês especificado pela PRESTADORA.
- 6.6.3 Optando a CONTRATANTE pela apresentação da modalidade de garantia financeira de Carta de Fiança Bancária, deverá o referido documento espelhar as condições mínimas no modelo padrão constante do Anexo II – Apêndice A.
- 6.6.4 A CONTRATANTE se obriga a, no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência do vencimento da(s) Carta(s) de Fiança Bancária, apresentar nova(s) Carta(s) de Fiança substituta(s) ou termo(s) de aditamento à(s) referida(s) carta(s), com a renovação do referido prazo, sob a pena da PRESTADORA não mais atender a opção de remuneração realizada nos termos do item 6.4 deste instrumento.
- 6.6.5 A PRESTADORA a seu exclusivo critério poderá ceder limite de volume de tráfego sem garantia, sendo que tal limite poderá também ser cancelado pela PRESTADORA a seu exclusivo critério.
- 6.7 A cobrança dos valores de remuneração pelo uso da rede STFC da Oi referente a prestação do serviço de trânsito local e/ou transporte, além, quando cabível, do reembolso das remunerações de uso de rede de destino do tráfego pago pela Oi, será feita por meio de Documento Fiscal de Cobrança, segundo os procedimentos constantes do Anexo II: Apresentação e Forma de Pagamento dos Documentos Fiscais de Cobrança - DETRAT, deste Contrato.
- 6.8 Os critérios e o processo para o envio e o controle dos dados necessários à emissão do Documento Fiscal de Cobrança estão estabelecidos no Anexo II: Apresentação e Forma de Pagamento dos Documentos Fiscais de Cobrança -DETRAT, deste Contrato.
- 6.9 As Partes convencionam que os pagamentos serão feitos, mensalmente, por depósitos bancários em nome da Oi, devendo esta informar os dados referentes ao número da conta e banco.
- 6.10 Contestações somente poderão ser apresentadas após o pagamento integral do valor cobrado e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da apresentação do DETRAT
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA**
- 7.1 Para as condições de compartilhamento de infraestrutura referente a este contrato, aplicam-se, no que couber, os termos de e Compartilhamento de Infraestrutura definidos no contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes e referido no item 21.7 deste contrato.
- 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS A IMPLEMENTAÇÃO E QUALIDADE DA INTERCONEXÃO**
- 8.1 As condições técnicas relativas à implementação e qualidade da interconexão indireta deste contrato, aplicam-se, no que couber, os termos do Anexo 5: Testes Relativos a Interconexão, Anexo 6: Desempenho, Proteção e Qualidade da Rede e Anexo 7: Gerenciamento de Anormalidades da Rede definidos no contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes e referido no item 21.7 deste contrato.
- 9. CLÁUSULA NONA – DAS MULTAS E PENALIDADES**
- 9.1 O não pagamento de valores dos Documentos de Cobrança na data de vencimento sujeitará a Parte inadimplente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, às seguintes sanções:
- 9.1.1 Aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do documento de cobrança, devido uma única vez, a partir do dia seguinte ao do vencimento;
- 9.1.2 Pagamento de juros mora de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata die”, acrescidos de atualização monetária com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), ou outro índice que venha a substituí-lo, calculados sobre o valor do saldo e devidos do dia seguinte de vencimento até a data de efetiva liquidação do débito.

- 9.2 Configurada a inadimplência dos valores devidos a título de remuneração pelos serviços acordados neste contrato e exauridas as regras de contestação, de acordo com a cláusula sexta deste contrato e com o Anexo 2: Apresentação e Forma de Pagamento dos Documentos de Cobrança, é facultada a outra Parte a suspensão total ou parcial do provimento da interconexão indireta do serviço e a consequente Interrupção, nos termos do Capítulo III Seção V Da Suspensão e Interrupção de Interconexão do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução Nº. 693/2018 da ANATEL.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO TRATAMENTO CONJUNTO DE COMBATE E PREVENÇÃO A FRAUDE**

- 10.1 A **Contratante** deverá adotar em conjunto com as **prestadoras de Terminação**, os procedimentos e parâmetros operacionais para Identificação e Tratamento Conjunto de Chamadas Fraudulentas, definidos no Anexo 8: Tratamento Conjunto de Combate e Prevenção a Fraude do contrato de Interconexão Direta assinado entre as Partes referido no item 21.7 deste contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE**

- 11.1 Todas as informações de propriedade das Partes, relacionadas ou não a este Contrato, ou ainda adquiridas em seu curso, reveladas por uma Parte (“Parte Reveladora”) à outra (“Parte Receptora”), consideradas Informações Confidenciais, estão reguladas pelo Termo de Confidencialidade, assinado pelas Partes em XX/XX/XXXX.

11.1.1 O dever de confidencialidade previsto neste Contrato e no referido Termo de Confidencialidade a ser observado pelas Partes inclui a segurança na prestação do serviço, caracterizada pela confidencialidade dos dados referentes à utilização do serviço pelos usuários, bem como pela plena preservação do sigilo das informações transmitidas no âmbito de sua prestação.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES**

- 12.1 Em todas as questões relativas ao presente Contrato, as Partes agirão como contratantes independentes. Nenhuma das Partes poderá declarar que possui qualquer autoridade para assumir ou criar qualquer obrigação, expressa ou implícita, em nome da outra Parte, nem representar a outra Parte como agente, funcionário, representante ou qualquer outra função.

12.1.1 Este Contrato, em nenhuma hipótese, cria relação de parceria ou de representação comercial entre as Partes, sendo cada uma inteiramente responsável por seus atos e obrigações.

12.1.2 As Partes são empresas totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste Contrato poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as Partes, bem como entre os empregados de uma Parte e a outra Parte.

- 12.2 Cada Parte declara que em todas as negociações com terceiros, que versem direta ou indiretamente sobre qualquer previsão deste Contrato, deverá ser expressamente indicado que cada uma das Partes estará agindo como uma contratante independente da outra.

- 12.3 As Partes reconhecem que não têm autoridade ou poder para, direta ou indiretamente, obrigar, negociar, contratar, assumir débitos, obrigações ou criar quaisquer responsabilidades em nome da outra Parte, sob qualquer forma ou com qualquer propósito.

- 12.4 As Partes indicarão os seus respectivos Gerentes de Contrato, informando os endereços para notificações e entrega de correspondências, em até 30 dias contados da assinatura deste Contrato, os quais deverão ser o ponto de contato entre as Partes.

- 12.5 Qualquer aviso, notificação, autorização, requerimento ou demais comunicações entre as Partes, exigidas ou permitidas nos termos deste Contrato, serão entregues por escrito e endereçadas à outra Parte para os respectivos Gerentes de Contrato, indicados conforme item 12.4 deste instrumento, através de aviso por escrito à outra Parte, nos termos desta Cláusula. Qualquer comunicação será considerada como recebida (i) quando recebida se enviada por carta registrada (ii) por ocasião da confirmação da transmissão, se enviada por fac-símile ou correio eletrônico, devendo nestes casos, para efeito de validação, o original ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis, (iii) se entregue pessoalmente, sendo necessário o protocolo de recebimento, e (iv) se entregue por serviço de courier, mediante protocolo de entrega.

- 12.6 Cada Parte poderá, mediante aviso por escrito à outra Parte, designar novos Gerentes de Contrato e novos endereços em substituição aos anteriormente designados.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES E INDEPENDÊNCIA DAS CLÁUSULAS**
- 13.1 Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, caso ocorram, a qualquer tempo, alterações na legislação aplicável ou nas condições da concessão ou autorização de qualquer das Partes e tais alterações tenham repercussões neste Contrato, as Partes poderão aditá-lo por escrito, conforme necessário.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUB-ROGAÇÃO**
- 14.1 Nenhuma Parte poderá ceder e, de nenhuma outra forma, transferir, total ou parcialmente, o presente Contrato, ou quaisquer direitos decorrentes deste, sem o consentimento por escrito da outra Parte, ressalvados os casos de transferência resultante de reestruturação societária e outras formas de fusão, cisão ou incorporação de qualquer das Partes, devidamente homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
- 14.2 A cessão ou transferência parcial ou total do presente Contrato ou de quaisquer direitos dele decorrentes, não eximirá a Parte Cedente de quaisquer de suas responsabilidades ou obrigações derivadas deste Contrato, exceto nos casos de reestruturação societária e outras formas de fusão, cisão ou incorporação de qualquer das Partes, devidamente homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
- 14.3 O presente Contrato obriga as Partes por si e seus sucessores. Em caso de reestruturação societária de qualquer das Partes, dentro das modalidades previstas na legislação societária aplicável, a entidade sucessora obrigatoriamente se sub-roga em todos os direitos e obrigações assumidas neste Contrato.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES**
- 15.1 As Partes deverão cumprir as obrigações aqui estabelecidas com os mesmos empenho, cuidado e diligência que normalmente utiliza em seus próprios negócios.
- 15.2 Nenhuma das Partes responderá por danos indiretos, lucros cessantes ou insucessos comerciais da outra Parte, bem como não indenizará perdas reclamadas dos clientes ou usuários desta, em decorrência de falhas havidas na sua operação, desde que não tenha concorrido com o intuito de prejudicar a outra Parte.
- 15.3 A Parte que comprovadamente causar danos às instalações da outra, especialmente nas fases de pré-instalação, instalação, operação e desativação de equipamentos, será responsável pelo ressarcimento desses danos, os quais serão limitados ao valor de reposição dos equipamentos comprovadamente danificados.
- 15.4 Cada uma das Partes assume total responsabilidade como empregador, devendo para tanto, cumprir todas as obrigações trabalhistas, tais como salários, benefícios sociais, gratificações, encargos sociais e previdenciários, indenizações e quaisquer outros direitos trabalhistas, bem como outras despesas com diárias, transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados ou agentes, não persistindo qualquer tipo de solidariedade ou subsidiariedade entre elas.
- 15.5 A Parte que for penalizada pelo Poder Concedente, por culpa comprovada da outra Parte, será ressarcida por esta, do valor da(s) multa(s) que eventualmente for obrigada a pagar pelo não cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato de Concessão/Termo de Autorização e na regulamentação vigente.
- 15.6 Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 15.6.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou motivo de força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
- 15.6.2 A Parte que for afetada por caso fortuito ou motivo de força maior envidará seus melhores esforços para que cessem os seus efeitos.
- 15.6.3 Cessados os efeitos de caso fortuito ou motivo de força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.



15.6.4 Se a ocorrência do caso fortuito ou motivo de força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, a Parte afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou motivo de força maior.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA TOLERÂNCIA**

16.1 Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a renúncia ou abstenção pelas Partes de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo Contrato, bem como a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra Parte somente serão consideradas válidas se feitas por escrito e não serão consideradas novação, renúncias, abstenções ou concordâncias em relação a direitos ou faculdades que poderão ser exercidos no futuro.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA HOMOLOGAÇÃO**

17.1 As partes declaram ciência e concordância com os termos da Oferta de Referência de Produto de Atacado homologada pela Anatel por meio do Ato nº xxxxx de xx de xxxxxx de xxxx, , conforme o disposto no Art. 42 §4º da Resolução nº693 de 17 de julho de 2018.

17.2 O presente Contrato, estando em estrita conformidade com a minuta prevista na Oferta de Referência de Produto de Atacado homologada pela Anatel, considerar-se-á homologado e eficaz, a partir de sua assinatura.

17.3 O Contrato de Interconexão que tenha conteúdo distinto daquele disposto na Oferta de Referência de Produto de Atacado, deverá ser enviado para Homologação da Anatel.

17.4 As Partes se comprometem a, nos termos do caput e § 5º, do Art. 42, do Regulamento Geral de Interconexão, encaminhar cópia do presente Contrato de Interconexão, bem como suas alterações posteriores, à ANATEL que poderá torná-los disponíveis na sua Biblioteca, para consulta do público em geral, ressalvadas as partes sigilosas, nos termos da regulamentação aplicável..

17.5 As Partes reconhecem que a ANATEL poderá ter acesso às informações relativas às negociações do presente Contrato de Interconexão.

17.6 A Oi reconhece, nos termos do caput e parágrafos do Art 9º, Anexo III do PGMC (Resolução n.º 600/2012, alterada pela Resolução nº 694/2018), o direito de adesão da Contratante às novas condições homologadas por este Contrato.

17.6.1 A adesão as novas condições homologadas obrigam a CONTRANTE a remunerar a CONTRATADA pelos valores equivalentes aos descontos concedidos por prazo e/ou volume;

17.6.2 O direito de adesão não eximirá as Contratantes de quaisquer de suas responsabilidades ou obrigações derivadas do contrato vigente, excetuando-se multa rescisória ou cláusula penal prevista no contrato.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

18.1 Caso haja qualquer discordância, divergência ou conflito relativamente ao objeto, interpretação ou cumprimento do presente contrato que não tenha sido solucionado, as partes se obrigam a observar o procedimento de instalação de Comitê de Resolução de Conflitos, doravante denominado Comitê, estabelecido na presente cláusula.

18.1.1 A resolução de conflitos por Comitê constitui forma método de resolução consensual de disputas que será observada antes de propositura de ação judicial ou administrativa.

18.2 Podem ser submetidos ao Comitê os conflitos que (a) versem sobre direitos disponíveis das Partes ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação e/ou (b) não digam respeito à matéria de ordem pública.

18.3 Questões que envolvam risco imediato à regular prestação de serviços aos usuários dos serviços públicos de telecomunicações por qualquer das Partes não precisarão ser submetidas ao Comitê.

18.4 Qualquer das Partes poderá notificar, por carta, a outra Parte na pessoa do diretor responsável da respectiva área de Atacado, comunicando seu interesse em instalar o Comitê.

18.4.1 Na notificação para instalação de Comitê, a Parte deverá indicar (a) quais temas serão submetidos ao Comitê; (b) sugestões de local; e (c) três datas para realização da reunião

presencial do Comitê, exceto se de forma diversa for acordado entre os Diretores da Área de Atacado.

18.4.2 A data da reunião prevista no item 1.4.1 não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

18.5 O Comitê será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) integrantes da CONTRATANTE e 3 (três) integrantes da OI.

18.5.1 Cada Parte se obriga a indicar pelo menos um diretor, estatutário ou não-estatutário, para integrar o Comitê.

18.6 Os trabalhos do Comitê deverão ser registrados em Ata de Reunião do Comitê.

18.7 A não ser que acordado de maneira diversa pelo Comitê, não havendo resolução consensual do conflito no âmbito do Comitê nos 15 (quinze) dias úteis subsequentes à data da primeira reunião, mencionada no item 1.4.2, as Partes poderão, a qualquer tempo, recorrer aos órgãos administrativos e/ou judiciais competentes.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO PRAZO E VIGÊNCIA**

19.1 O prazo deste Contrato é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente por períodos iguais, salvo se denunciado por quaisquer das Partes, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do fim do respectivo prazo contratual.

19.2 O Contrato denunciado continuará a produzir seus efeitos até celebração de novo Contrato de Interconexão pelas Partes. Uma vez celebrado um novo Contrato, este deverá retroagir à data de término do Contrato denunciado.

19.3 Se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do presente Contrato, as Partes não conseguirem acordar um novo Contrato de Interconexão, qualquer das Partes poderá recorrer ao processo de arbitragem previsto no Regulamento Geral de Interconexão.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO**

20.1 Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades constantes do presente Contrato, em especial os pagamentos e penalidades, o presente Contrato poderá ser extinto:

20.1.1 por acordo entre as Partes;

20.1.2 por disposição de lei ou da regulamentação;

20.1.3 decorridos 3 (três) meses da suspensão da interconexão por inadimplência continuada;

20.1.4 por falta de tráfego por 6 (seis) meses consecutivos;

20.1.5 para os casos dos incisos 20.1.3 e 20.1.4 deste instrumento, notificar a Parte envolvida sobre essas providências, com antecedência de 15 dias;

20.1.6 por perda ou término da concessão ou autorização de qualquer das Partes, bem como por declaração de falência ou dissolução societária total de qualquer das Partes.

20.1.7 por descumprimento, por uma das Partes, de quaisquer das obrigações previstas neste instrumento, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem o devido saneamento de tal descumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento de notificação por escrito da Parte prejudicada.

20.1.7.1 Para o caso do inciso 20.1.7 acima, é necessária a anuência prévia da Anatel.

20.2 Para os casos dos subitens 20.1.3 e 20.1.4 deste instrumento, a Parte inadimplente ou com falta de tráfego deverá ser notificada a respeito da interrupção do provimento da interconexão, sendo que essa interrupção não deverá ocorrer em prazo inferior a 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação;

20.3 Na hipótese do subitem 20.1.3, quando da interrupção do provimento da interconexão, as Partes deverão interceptar todas as chamadas originadas em suas redes e decorrentes do relacionamento de interconexão interrompida e veicular comunicado referente à interrupção do encaminhamento das chamadas por no mínimo 30 (trinta) dias após a interrupção.

20.4 Nas hipóteses de extinção do Contrato descritas nos subitens 20.1, deverá ser dada ciência à ANATEL, indicando qual causa acima foi aplicada.

- 20.5 Após a efetiva extinção do Contrato, as Partes firmarão o respectivo Termo de Encerramento, no intuito de se outorgarem mútua quitação, bem como fazer retornar a outra Parte quaisquer equipamentos e/ou pertences, além de efetuar eventuais pagamentos pendentes e qualquer informação confidencial, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Confidencialidade.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1 Este Contrato representa o total entendimento entre as Partes em relação à matéria aqui tratada, devendo prevalecer sobre quaisquer outros entendimentos pretéritos sobre a mesma matéria, sejam estes verbais ou escritos.
- 21.1.1 Os prazos e condições aqui firmados se aplicam a todos os Anexos, salvo disposição em contrário.
- 21.1.2 No caso de conflito entre o disposto neste Contrato e um dos seus Anexos, deverá prevalecer o Contrato.
- 21.1.3 Outros acordos poderão vir a ser firmados pelas Partes para possibilitar o perfeito cumprimento do presente Contrato. Nenhuma disposição deste Contrato deve ser interpretada de forma a objetivar, direta ou indiretamente, a concessão de qualquer direito, recurso ou reclamação, sob qualquer pretexto, a terceiros.
- 21.2 Os títulos das cláusulas foram inseridos somente por conveniência e para fins de mera referência, não afetando quaisquer disposições ou interpretações deste Contrato.
- 21.3 O presente Contrato e seus Anexos prevalecerão sobre quaisquer outros documentos que possam vir a ser criados por uma das partes, a menos que acordo escrito entre as Partes os altere ou revogue, no todo ou em parte.
- 21.3.1 Toda e qualquer alteração deste Contrato ou de seus Anexos deverá ser formalizada através de aditivo contratual assinado pelos representantes legais das Partes.
- 21.4 Todas as obrigações aqui assumidas estão sujeitas à emissão e manutenção de todas as licenças, registros, aprovações governamentais ou quaisquer outros documentos que sejam necessários para a execução de suas atividades, nos termos da legislação aplicável.
- 21.4.1 A responsabilidade e ônus para a obtenção e conservação da validade de tais registros, licenças e aprovações serão da Parte que tenha a obrigação de obter os registros, licenças e aprovações.
- 21.5 As Partes garantem que não irão interromper, de forma intencional, o tráfego de telecomunicações ou sinais transmitidos nas suas próprias redes, entre as redes interconectadas, salvo nas hipóteses contempladas no presente Contrato ou na Regulamentação vigente.
- 21.6 As Partes acordam que sobre os valores devidos em função do objeto do presente Contrato, não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos firmados pelas Partes, ainda que líquidos, certos e exigíveis.
- 21.7 Aplicam-se ao presente Contrato, no que couber, a legislação, as normas, disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como os termos do Contrato de Interconexão Direta nº XXXXX, celebrado entre as Partes.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTI-CORRUPÇÃO**

- 22.1 Cada Parte declara neste ato que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, em especial o Foreign Corrupt Practices Act, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq. - ("FCPA") dos Estados Unidos da América ("Regras Anticorrupção"), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.
- 22.2 Cada Parte, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Na execução deste Contrato, nem qualquer das Partes, nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer

terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção ("Pagamento Proibido"). Um pagamento Proibido não abrange pagamento de despesas razoáveis e de boa-fé, tais como, exemplificativamente, despesas de viagem e hospedagem, que estão diretamente relacionados com a promoção, a explicação, demonstração ou de produtos ou serviços, ou de execução de um contrato com um governo ou suas agências, desde que o pagamento seja permitido pela legislação aplicável.

- 22.3 Cada Parte que, na presente data, não possuir um Código de Ética e Conduta próprio, declara neste ato por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome ou estão envolvidos no dia-a-dia de suas operações, que tem conhecimento e concorda inteiramente com os termos do Código de Ética da Oi, que passa a fazer parte integrante deste Contrato e não vai se envolver em qualquer ato ou omissão no cumprimento das responsabilidades estabelecidas no referido Código de Ética da Oi.
- 22.4 Para o caso de terceiros contratados pela Oi ou quaisquer de suas afiliadas, o Manual de Conduta de Terceiros Contratados, disponível no site <https://www.oi.com.br/oi/sobre-a-oi/empresa/informacoes/fornecedores>), passará a fazer parte integrante do presente Contrato.
- 22.5 Para os fins da presente Cláusula, cada Parte declara neste ato que:
- 22.5.1 não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;
- 22.5.2 já tem implementado ou se obriga a implementar durante a vigência deste Contrato um programa de conformidade e treinamento razoavelmente eficaz na prevenção e detecção de violações das Regras Anticorrupção e dos requisitos estabelecidos nesta Cláusula;
- 22.5.3 tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.
- 22.6 Qualquer comprovado descumprimento das Regras Anticorrupção pela Parte infratora, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar a rescisão motivada imediata do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato.

**23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

23.1 As Partes elegem o foro da Cidade Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXX de 201X.

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. – Em recuperação judicial**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**OI S.A. – Em recuperação judicial**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**TELE-XX**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Testemunhas**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: